

## cassaria todo Congresso

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Djalma Marinho (Arena-RN), afirmou ontem que é contrário à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte porque esse procedimento significaria a cassação de todo o atual Congresso, composto de 420 deputados e 66 senadores.

— A convocação da Constituinte — disse Djalma Marinho — contrasta com a possibilidade de elaborarmos a reforma da Constituição com os poderes de que dispomos, imediatamente, através de emendas. Se a Nação, sófrega, exige essa reforma, por que não atendermos com as armas que possuímos, agora e já?

## ESTADO DE DIREITO

A preocupação central do deputado Djalma Marinho é a consolidação do estado de direito. Nesta entrevista, ele aponta o caminho que, no seu entender, levará à plena democracia:

— O que vem a ser este império da lei de que o senhor tanto fala?

— É a lei dominando a sociedade onde os seus componentes, os cidadãos, todos, a ela se submetem. Dentro desse quadro, a Constituição encarna aquela dominação. Em síntese, há um império da lei quando também os governos igualmente a ela se curvam. Entendo que a lei protege os direitos mas também é um freio em sociedade juridicamente configurada nos padrões democráticos de governo.

— O senhor defende muito o reencontro da Nação com os seus ver dadeiros ideais. O que representa esta posição no momento de abertura política?

É o reencontro do próprio Congresso, espelho da Nação, de suas inquietações, aspirações, interesses e conflitos com o Estado, afim de obter sua adesão para alcançar aquele objetivo, ou seja, o reencontro. Poder político se legitima quando realiza os objetivos permanentes da Nação. Agora, depois de tanto tempo, é que o Estado está estendendo a mão à sociedade nacional. O Congresso, repito, é o retrato da própria Nação e ela se compõe de pobres e ricos, intelectuais e analfabetos, homens da indústria e do comércio, trabalhadores do campo e da cidade, militares e civis, estudantes e donas de casa, cujos interesses se exprimem nas diversas funções e atividades que exercem. Interesses que se alteram, se reajustam e evoluem ou se protegem no tempo e no espaço, na substância e na forma, na força e determinação com que explodem.

— Por que os senhores, os bacharéis da UDN, que ficaram famosos com a redemocratização de 1945, deram total apoio à revolução de 64 e a todos os atos de exceção?

— A sociedade brasileira, em todos os seus aspectos, estava anárquica e deteriorada em 1964. As cavalariças deviam ser limpas. Como militante da UDN, a minha linha de apoio à revolução sempre foi confiante em vê-la depois institucionalizar-se, reconduzir o país ao estado de direito. O passado não pode ser uma sacralidade, mas um instrumento de análise capaz de iluminar os caminhos. A Nação precisa se libertar desse passado. Aliás, esse foi o tema que recentemente abordei em discurso na Câmara. Não quero recobrar antigas posições da história política brasileira ou dissimular a diversidade de nossa experiência. O que desejamos é implantar o regime de direito e só podemos fazer isso, com eficácia, se ao nosso designio contarmos com a plena adesão do Governo. Este é o

Pacto das atuais circunstâncias e seu resultado será uma obra duradoura, ou seja, uma Constituição liberada do sectarismo. Ela será, como na conceituação de certos juristas americanos, uma Bíblia jurídica que todos amem e respeitem.

— Por que o senhor não concorda com a tese do MDB de que é indispensável que se convoque uma Assembleia Nacional Constituinte para que se estabeleça o estado de direito?

— A tese preconizada ou defendida pela oposição da necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte não me sensibiliza. Não a aceito porque de início ela cassa todo o Congresso, 420 deputados e 66 senadores, em seguida seriam marcadas as eleições com antecipação da campanha para que os partidos elegeassem seus candidatos, com todo o processo político-partidário advindo das novas leis políticas. Afinal, tudo isso para que essa assembleia se instalasse e elaborasse uma nova Constituição. Ora, nós temos todos os poderes constituintes para no Congresso atual fazermos a lei política e a lei social. Elaborarmos as emendas que nos aprouver, tendo como ponto de partida a Constituição dominan-

te de 1967. Tenho a impressão que o próprio candidato do MDB pelas eleições indiretas para Presidência da República determinaria um prazo dentro do qual levaria o país ao pleno regime democrático. Nas duas hipóteses, a do partido e do candidato, haveria um longo tempo disponível para se efetuar a obra. Isso contrasta com a possibilidade de elaborarmos a reforma da Constituição com os poderes constituintes de que dispomos, imediatamente, através de emendas. Se a Nação, sófrega, exige essa reforma, por que não atendermos com as armas que possuímos, agora e já? Entendo que as circunstâncias não recomendam a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Isso significaria um retardamento do processo político para a implantação do estado de direito desde que, e convém repetir, o atual Congresso tem plenos poderes para imediatamente proceder a reforma constitucional com base na Carta de 67.

— Do ponto-de-vista histórico, seria viável uma Assembleia Constituinte?

— Historicamente a Constituinte decorre de uma ruptura nas instituições políticas vigentes, como uma revolução e a queda do Governo, e esta circunstância não ocorre no Brasil. O próprio Governo da Revolução, através de dois de seus presidentes, inicialmente o General Geisel e agora o General Figueiredo, despojando-se dos seus poderes de arbitrio, deflagrou o processo para implantação do regime plenário democrático no País. E a Revolução brasileira que por si mesmo reconhece que seu ciclo terminou abre as novas perspectivas para o regime de direito por todos ansiado.

— O deputado Djalma Marinho, velho liberal, é convictamente um arenista?

— Na minha vida só tive dois partidos: a UDN e a Arena. Ao primeiro dei minha adesão por preferência. Estávamos todos querendo nos libertar. Fui para Arena porque era o Partido da Revolução e eu não podia ir para o MDB, que era contra a Revolução. Os partidos foram criados pelo Governo revolucionário, os governos fortes e autoritários na América Latina sempre quiseram preservar o Parlamento. Agora, com o pluripartidarismo vaticinado, espero que surjam novas organizações partidárias, mas se pudermos dar melhor substância programática à Arena, não tenho por que mudar de partido.

— Por que os atuais partidos a exemplo do que se verificou com os antigos partidos, não imprimiram suas características aos seus membros?

— Nós vivíamos do pluripartidarismo quando rebentou a revolução de 64, que estabeleceu, depois, o bipartidarismo. A Arena e o MDB recolheram elementos de todos os ex-partidos e o tempo é que se encarregaria de conscientizar essas duas forças partidárias para imprimirem suas convicções em seus membros. Mas isto ainda não foi conseguido. Existem bolsões independentes nas duas legendas. Esse fenômeno pode ser também explicado pelo fato de que se admitiam, naquela época, que o período revolucionário levaria menor espera de tempo para configurar a constitucionalização do país.

— Como o senhor vê essa mobilização em torno da criação do PTB e do PTB?

— São movimentos políticos adequados ao momento histórico que atravessamos. No entanto, considero-me um estranho aos seus propósitos. Estou mesmo cuidando da Arena e esse é um assunto da economia interna do outro partido.

— Doutor Djalma Marinho, o que é a instituição parlamentar?

— Dou-lhe a resposta a que certa vez ofereci à própria Câmara: é uma instituição cujo funcionamento não repousa em qualquer forma de organização hierarquicamente estruturada. Somos, nas duas casas, todos iguais aos outros. E os que nos lideram e os que têm incumbência de organizar nosso funcionamento são por nós investidos e sua autoridade repousa na sua capacidade de interpretar o pensamento e a opinião dos seus liderados. Na sua essência não é uma instituição susceptível de nela se estabelecer uma relação entre comandantes e comandados, entre os que mandam e os que obedecem. Somos uma instituição de homens livres. Representantes de regiões heterogêneas de interesses heterogêneos, de agremiações que se batem pelo voto popular.